

**UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

IGOR SANTOS OLIVEIRA

**O ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS
DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19.**

**SÃO PAULO
2022**

**UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

IGOR SANTOS OLIVEIRA

**O ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS
DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19.**

Trabalho de Conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas apresentado à Universidade São Judas como requisito para obtenção do grau de bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Watanabe

**SÃO PAULO
2022**

DEDICATÓRIA

Dedico esse projeto a duas que foram, e continuam sendo especiais na minha vida de um modo geral.

À Nilva e ao Vinicius, que infelizmente partiram em 2016, me deixando com grandes desafios para seguir em frente e superá-los.

Neles eu encontrei coragem para nunca desistir dos meus sonhos e da melhor experiência neste mundo: que é viver a vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente aproveito a oportunidade de agradecer a Deus por ter me concebido essa chance de estar cursando uma universidade privada.

A todos os desejos que pedi em oração que se concretizaram quando eu já estava dentro da USJT.

Aos meus colegas profissionais pelo apoio, e incentivo na minha carreira.

Aos meus gestores do Itaú Unibanco que me ensinaram no desafio diário de atuar dentro de uma agência bancária.

À Universidade São Judas, meus docentes, coordenadores e colegas de sala.

À minha família que viveu essa fase.

Coloco em mãos a realização de um sonho. A Formação no Ensino Superior!

*“A pobreza não precisa de planos nem de ajuda, pois é atrevida e implacável.
A riqueza é tímida, precisa ser conquistada.”*

Napoleon Hill

RESUMO

Esse estudo acadêmico tem como objetivo abordar sobre o endividamento das famílias brasileiras frente à pandemia da Covid-19. Pretende-se compreender o comportamento econômico dos brasileiros no período de retração econômica e alta inflacionária causada, majoritariamente, pela pandemia e pelas políticas monetárias executadas. Para tanto, os objetivos específicos serão discorrer sobre o endividamento à luz da teoria econômica, fazer um breve relato da atividade econômica brasileira nos últimos 10 anos, revisar os impactos causados pela pandemia, mostrar como o endividamento das famílias evoluíram diante do cenário pandêmico, e apresentar o programa do Auxílio Emergencial, uma das intervenções políticas do governo federal durante esse período crítico do país.

Palavras-chave: Endividamento; Famílias; Covid-19; Pandemia; Auxílio emergencial.

ABSTRACT

This academic study aims to address the indebtedness of Brazilian families in the face of the Covid-19 pandemic. It is intended to understand the economic behavior of Brazilians in the period of economic downturn and high inflation caused mainly by the pandemic and the monetary policies implemented. To this end, the specific objectives will be to discuss indebtedness in the light of economic theory, make a brief report on Brazilian economic activity in the last 10 years, review the impacts caused by the pandemic, show how family indebtedness evolved in the face of the pandemic scenario, and present the Emergency Aid program, one of the federal government's political interventions during this critical period in the country.

Keywords: Indebtedness; Families; Covid-19; Pandemic; Emergency aid.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 FINANÇAS PESSOAIS	10
2.1 A relação dos brasileiros com o dinheiro e a importância da educação financeira	10
3 RESERVA DE EMERGÊNCIA	14
3.1 Superendividamento e inadimplência	15
3.2 Acesso às linhas de crédito nos Bancos	17
3.3 Comportamentos consumistas: a compra de produtos essenciais.	19
4 INFLAÇÃO E POLÍTICAS MONETÁRIAS	21
4.1 Taxa Selic a 13,75%: a maior desde 2016.	21
4.1 Selic para investidores: investimentos em alta	22
5 IMPACTOS FINANCEIROS NOS PRINCIPAIS SETORES DA ECONOMIA	26
5.1 Os primeiros meses da pandemia no Brasil.	26
5.1 Desvalorização da moeda real	28
6 ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA COM PROPOSTA DE POLÍTICA MONETÁRIA	31
6.1 Auxílio Emergencial	31
6.2 Auxílio Brasil	33
7 RETROCESSOS DO BRASIL ENTRE 2020 E 2022	34
7.1 Educação	34
7.2 Emprego e renda	35
7.3 Vacinação	35
7.4 Recessão na economia, pobreza e fome	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37

1 INTRODUÇÃO

A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus SARSCoV-2. Os primeiros casos relatados da doença surgiram em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, na China. Desde então, devido ao aumento dos casos em vários países e regiões do mundo, em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou a doença como uma pandemia. Diante da rápida disseminação do vírus e da falta de vacinas para prevenção, a pandemia do novo coronavírus é classificada como um dos maiores enfrentamentos vivenciados pelo mundo globalizado. Assim, vários países, com o intuito de evitar a propagação do vírus, passaram a adotar medidas de isolamento social, distanciamento, *lockdown* (bloqueio total) etc.

As medidas adotadas impactaram diretamente a atividade econômica, visto que, a fim de evitar a evolução no número de casos, somente as atividades essenciais (supermercados, farmácias, etc.) foram liberadas para funcionamento (BRASIL, 2020). Diante disso, o aumento do endividamento e da inadimplência das famílias no atual contexto brasileiro, ao qual o país enfrenta a pandemia da Covid-19, tem se tornado modelo de pesquisas. Segundo estudo publicado em janeiro de 2021 pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o número de famílias endividadas em 2020 foi o maior em 11 anos, chegando a 66,5% das famílias entrevistadas.

Deste modo, o presente estudo consiste em pesquisa aplicada e de caráter descritivo. Nesse sentido, os resultados serão apresentados de forma quantitativa e valendo-se de estatísticas descritivas para alcançar o objetivo deste trabalho, a partir da coleta de informações de fontes secundárias. Levando ao leitor deste trabalho, os danos e consequências provocados pela pandemia. Dois anos depois, desde o seu início.

Colocando em pauta, assuntos divulgados por órgãos oficiais de comunicação no Brasil, levando as premissas da teoria econômica, na crise econômica do país que se estende por quase dez anos, analisando impactos agravados pela pandemia, no que se diz do endividamento das famílias diante deste cenário.

2 FINANÇAS PESSOAIS

2.1 A relação dos brasileiros com o dinheiro e a importância da educação financeira

Desde o início da nossa infância, a cultura dos mais velhos é, embora ainda poucos responsáveis como o pai, a mãe e os avós induzem a criança a poupar suas moedas de mesada no "porquinho", com o objetivo de ensinar suas crianças a ter autonomia inteligente do que fazer com o dinheiro, sem gastar desnecessariamente com brinquedos ou acessórios infantis que atendem a prazeres momentâneos e não às suas necessidades. Ainda é bem defasado o conhecimento geral na relação com o valor do dinheiro.

Segundo uma pesquisa do Ibope encomendada pelo C6 Bank, em abril de 2020, apenas 21% dos brasileiros tiveram educação financeira na infância, em nota divulgada pelo portal Terra. Pois é na escola e em situações do dia-a-dia que o assunto poderia se tornar algo normalizado e produtivo. Entende-se por educação financeira, a forma como nos comportamos diante do nosso dinheiro, salário e patrimônios financeiros. É saber o quanto se ganha e gasta, planejar as contas mensais e pensar no futuro com opções de guardar esse bem tão valioso, pelo qual prezamos o seu valor.

A cada ano que se passa, cresce o número de especialistas em finanças pessoais e *influencers* na internet, com o intuito de educar e gerar manifestações no mundo digital sobre educar as pessoas em torno do cuidado na hora de administrar o seu dinheiro. Essas atitudes vão desde a caderneta de poupança aberta com menos de 12 anos de idade, o consumo com itens essenciais, supérfluos e até nos pequenos investimentos rentáveis, acima da inflação.

As maiores das pessoas veem o dinheiro como uma forma de sobrevivência para pagar contas do mês e dívidas de longo prazo, não como um caminho para a felicidade e liberdade financeira. Em meio a nossa sociedade, falar em dinheiro pode ser um tabu. Estranha-se, por muitas vezes, comentar o nosso salário, falar dos aumentos de capitais e situações financeiras com pessoas que vivem a realidade inferior ou de sucesso. Tudo isso porque as finanças estão associadas ao desconforto e à insegurança, e na maioria das vezes, seria uma boa forma de discutir práticas de como lidar melhor com o dinheiro e a manutenção de seu poder de compra ao longo médio e longo prazo.

É muito importante falar nesse tema com naturalidade, pois ficaria mais fácil de aprender e lidar com situações de crises econômicas no país, ou até mesmo situações de

vulnerabilidade. Com equilíbrio nas contas, podemos ter uma vida mais saudável, uma vez que a pandemia aprofundou a conexão entre saúde mental e saúde financeira:

A saúde mental piorou para muitos durante a pandemia, mas essas experiências são especialmente mais agudas entre as pessoas economicamente menos favorecidas. Entre os adultos americanos com 18 anos ou mais, a prevalência de sintomas de depressão foi mais de três vezes maior durante a pandemia de Covid-19 do que antes, de acordo com um estudo de setembro de 2020. [...] Experimentar algum grau de estresse durante crises financeiras é normal e negar a situação não seria útil. Mas, se não forem processadas, essas ansiedades podem se tornar disfuncionais com o tempo, manifestando-se em comportamentos extremos, irracionais ou obsessivos [...] (ROGERS, 2021)

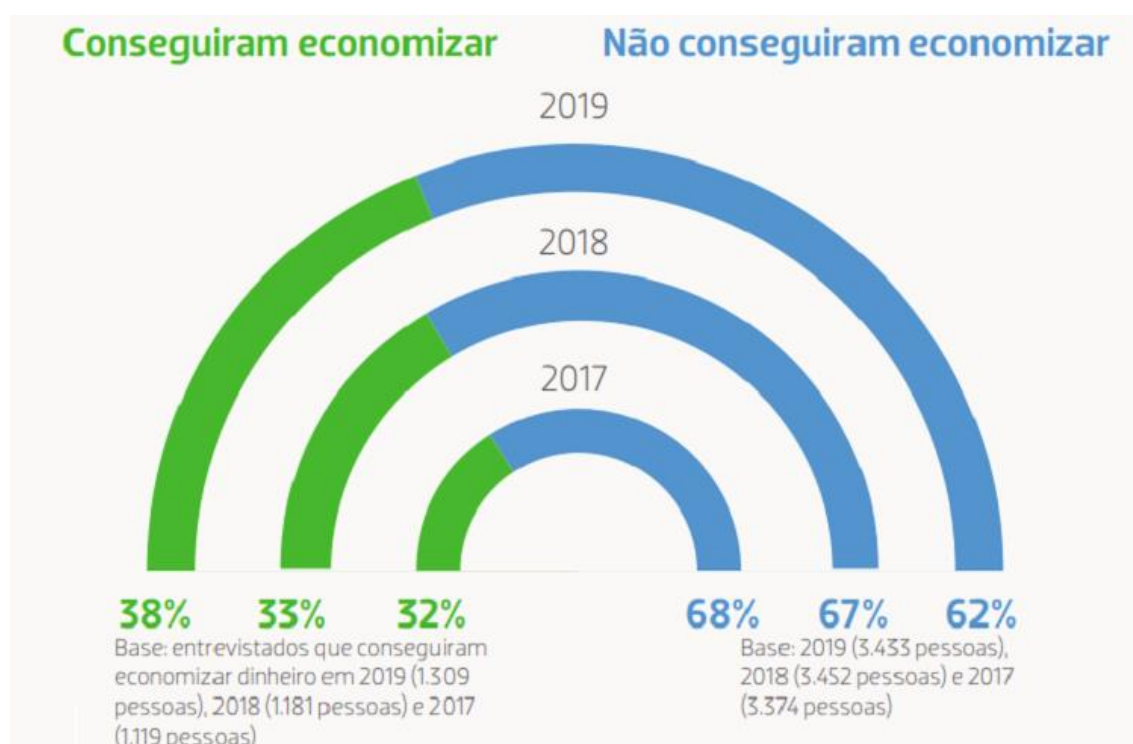
É importante lembrar que existe, dentro desse contexto, o Transtorno do Comprar Compulsivo (TCC), que não deve ser objeto do presente trabalho. As compras compulsivas de bens ou serviços desnecessários ou supérfluos, ora por vontade momentânea, ora por promoções consideradas imperdíveis, tendem a suprir necessidades íntimas mentais, com forte ligação nos sentimentos que impulsionam tal comportamento. Em momentos de angústia, raiva, tristeza e depressão, as pessoas tendem a fazer compras para preencher necessidades internas de natureza não material.

O TCC [] e o jogo patológico podem formar parte de um espectro impulsivo-compulsivo. De acordo com essa linha, alguns autores consideram o TCC [transtorno do comprar compulsivo] como uma expressão comportamental de um traço de personalidade. Dependendo das circunstâncias, esses traços podem se expressar como um estilo de lazer prazeroso, como uma busca de excitação mal-adaptativa ou como uma estratégia de lidar com o estresse. De acordo com essa visão, os sintomas de compras descontroladas não se constituem em uma verdadeira comorbidade, mas são marcadores de impulsividade. [...] Lejoyeux et al., como já mencionado, demonstraram que as pessoas deprimidas com TCC [transtorno do comprar compulsivo] tiveram escores dimensionais de impulsividade mais altos do que pessoas deprimidas sem TCC [transtorno do comprar compulsivo]. (TAVARES et al, 2008)

Naturalmente, esse comportamento extremo do transtorno do comprar compulsivo (TCC) deve ser tratado como um objeto de estudo de outras ciências. No presente trabalho, contudo, identifica-se que o costume do não poupar e da satisfação material imediatista às necessidades momentâneas formam uma característica cultural do brasileiro, justamente pela educação financeira não fazer parte da realidade do brasileiro, e por não haver o costume de poupar para o futuro. Assim, excluem-se da presente análise os comportamentos considerados patológicos e de comportamentos extremos convencionados com outros distúrbios pela comunidade científica médica.

A ausência da educação financeira desenvolveu uma relação pouco positiva para a nossa população. Entendem que o dinheiro serve meramente para pagar contas. Esses dados são transparentes quando se consulta uma recente pesquisa do Itaú Unibanco, em parceria com o Datafolha, sobre a relação emocional do brasileiro com o dinheiro (VALORINVESTE), a pesquisa mostra a referência de 49% dos brasileiros a finanças pessoais como um sentimento negativo. A pesquisa foi lançada em novembro de 2020, em período de eleições municipais durante o primeiro ano da pandemia do Coronavírus. A instituição financeira que buscou essa pesquisa chegou à conclusão de que seus recursos disponibilizados sobre educação financeira não era o suficiente.

Dados disponibilizados por uma pesquisa realizada pela ANBIMA mostra que os brasileiros economizaram mais em 2019. Contudo, entraram em 2020 sem reserva financeira. Primeiro ano da pandemia, que deixou milhares de pessoas vulneráveis.



Fonte: Anbima

Conforme visto acima, as pessoas tendem a gastar o dinheiro que sobra do seu salário ao final do mês. Alguns se conscientizaram erroneamente de que investimento é um costume de empresários bem sucedidos, e longe da realidade do brasileiro comum. Caso houvesse um plano nacional de educação financeira no ensino básico e

fundamental em longo prazo, o brasileiro de média e baixa renda saberia que é possível investir a partir de R\$30 no Tesouro Direto. Ainda sem falar nos fundos de investimento, ações e outros investimentos de renda fixa ou variável.

Para que haja uma ruptura de paradigmas e que um novo relacionamento com o dinheiro seja difundido, é importante que haja uma organização financeira pessoal, que envolva o conhecimento técnico sobre o mercado financeiro e suas oportunidades. Com o advento de corretoras on-line de fácil acesso, como Warren, XP, BGT, Nu Invest etc., há uma tendência de que a cultura do poupar cresça, alterando, paulatinamente, o comportamento do consumidor brasileiro. Ressaltamos que essa mudança de comportamento pró-investimento deverá gerar um efeito borboleta, em que o governo federal e autoridades monetárias deverão alterar suas políticas monetárias e de controle, a fim de acompanhar a flutuação dos preços e a inflação, que seguirão padrões diferenciados.

Em busca de sair desse círculo vicioso, precisamos através de estudos sobre organização financeira, ensinar o nosso cérebro a se questionar o porquê, e se podemos fazer aquela compra. Planejar metas para atingir o objetivo, atuando na maneira correta de como adquirir aquele bem: pagamento à vista, parcelamento ou financiamento, carnê de crediário com juros etc. Desta forma, o hábito se torna mais saudável, evitando correr o risco de endividamento.

3 RESERVA DE EMERGÊNCIA

A reserva de emergência, para o brasileiro comum, é um investimento necessário e que nunca pode ser desconsiderado. Especialistas em finanças alertam para a necessidade de guardar mensalmente de 10% a 30% do salário líquido, já descontado impostos e benefícios pela folha de pagamento. No caso, de trabalhadores autônomos a média mensal de lucros obtidos é o que deve ser levado em consideração.

A reserva de emergência pode ser composta por valores que atendam às necessidades de urgência, estimadas por no mínimo 6 meses até 3 anos. Tempo para nos reinventarmos após um momento crítico no nosso orçamento financeiro. Exemplos de situações que podem gerar perda de renda, desemprego, crise econômica e alta na inflação do país etc.

Em uma crise mundial, como a causada pela pandemia, em que as pessoas ficaram sem uma segunda opção, perderam suas rendas mensais e sofreram com a falta de recursos para tratamentos de saúde e alimentação básica, presenciamos a queda das classes de baixa renda para a extrema pobreza. Assistimos famílias perdendo sua moradia por não ter uma estrutura econômica que sustentasse suas contas de casa.

A cultura do brasileiro de guardar dinheiro nunca foi tão ativa, mesmo diante do aumento no índice de pessoas com acesso à educação universitária e trabalhos em cargos de alto desempenho nas empresas. Grande parte das pessoas imagina que se ganhassem um salário mais alto, melhor seriam as suas finanças. Isso é uma premissa errada, pois sem uma educação financeira correta, quanto mais dinheiro temos em mãos, pior seriam os destinos incorretos que daríamos a ele.

É preciso controlar as despesas essenciais, as dívidas ativas e o consumo futuro. Pois quanto mais o tempo passa, essas pessoas endividadas podem se tornar superendividadas. E no período de aposentadoria, onde a renda fixa tende a ser menor, o assunto pode ser ainda mais crítico.

A prática para o bom uso de uma reserva emergencial é entender a cada caso, o que seria essencial para cada um. Pagamento do financiamento da casa própria, aluguel, carro, escolas, cursos e o consumo das famílias. Sendo utilizado mediante os imprevistos causados nos nossos próprios projetos financeiros, é importante deixar de lado o uso desse dinheiro com gastos supérfluos em compra de acessórios, roupas, tênis e festas que não são considerados bens ou serviços de necessidade básica. O dinheiro reservado mensalmente pode ser guardado em investimentos simples, com baixa

rentabilidade, mas diante da segurança no patrimônio aplicado. Por ser um investimento que deve ser resgatado sem aviso prévio, assessores de investimentos alertam para se atentar às regras de resgate.

Bons investimentos indicados para uma reserva de emergência são: CDB's com liquidez diária, Fundos DI e Tesouro Selic. Com baixo risco de perda em aplicações que rendam até o dobro da poupança. Cada pessoa possui um perfil financeiro diferenciado, que pode ser mais arrojado ou conservador.

3.1 Superendividamento e inadimplência

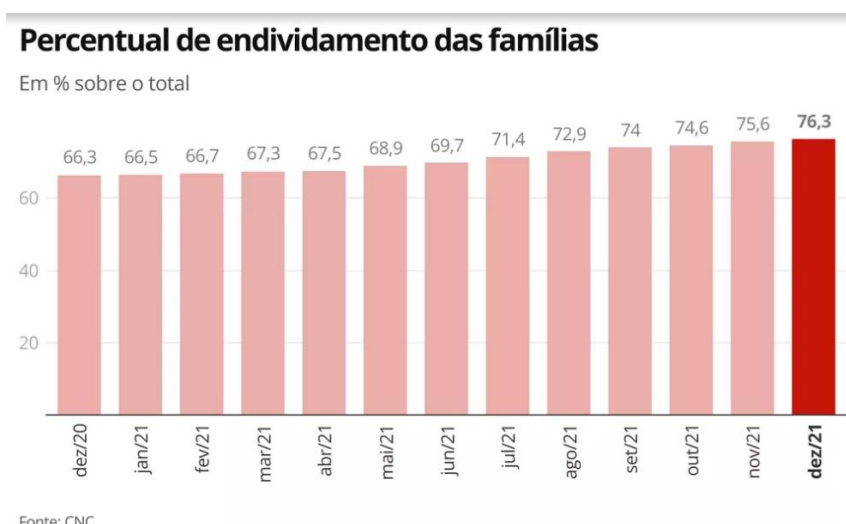
O Brasil vive um momento recorde de endividamento das famílias nesse momento. São 76,3 % dos lares brasileiros que estão em situações de superendividamento, o que compõe cerca de 30% da população. Quase metade deles afirma não conseguir pagar as contas em atraso, e não tem previsão de fazer um novo acordo de renegociação com os seus credores.

O maior vilão dos brasileiros com atrasos nas contas é o excesso de gastos no limite do cartão de crédito. Onde costumam ultrapassar o dobro da renda líquida mensal. Indicadores alertam para a confissão maior das dívidas por pessoas de baixa renda. Em um site de finanças pessoais (*o <https://edu.gcfglobal.org/>*), foram destacados em uma matéria online, três tipos de perfis que apontam comportamentos econômicos tendenciosos que explicam a diferença de uma vida financeira na população brasileira, sendo eles:

- a) **Comprometido:** conta sempre com uma reserva financeira para o futuro, se precavendo de eventuais situações que necessitam de recursos financeiros. Estudando sobre o valor do dinheiro, mantém uma qualidade de vida mais saudável, gastando e poupando. Fazem compras à vista, evitam financiamentos, e se necessários restringem os gastos e buscam uma forma de aumentar a sua renda;
- b) **Despreocupado:** mantém a vida financeira em ordem, quando sobra algum dinheiro, faz viagens, troca de carros ou adquire bens não duráveis. Utiliza eventualmente o cheque especial e parcelam comprar no cartão de crédito.

- c) **Gastador:** gasta toda a renda, não paga todo o valor da fatura do cartão de crédito. Contrai novas dívidas fazendo empréstimos, e usa todo o limite de cheque especial.

Pequenas atitudes no cotidiano da população assalariada pode garantir um consumo mais saudável dos bens e serviços disponíveis no mercado. É preciso assumir a realidade da respectiva vida financeira que levam. Sempre crescendo, porém estipulando metas de conquistas nos gastos mensais. Para poder ressignificar essa situação, propõe-se uma mudança de comportamento e de perfil: de devedor a investidor.



É preciso renegociar as dívidas com melhores prazos e juros mais baixos. De início sempre priorizar as dívidas maiores para barrar o seu crescimento. No entanto, não se deve contrair novas dívidas, e com urgência reduzir os gastos mensais e travar com eficiência o uso do cartão de crédito. Saber qual é o Custo Efetivo Total das transações de crédito é um bom parâmetro para comparar linhas de crédito, tendo como referência o valor total pago à instituição financeira, e não apenas o valor mensal.

Para isso, apresentam-se, aqui, algumas possibilidades ofertadas pelo mercado brasileiro e que são abertas a pessoas físicas e jurídicas.

3.2 Acesso às linhas de crédito nos Bancos

Podemos citar alguns recursos mais utilizados pela população nos três maiores bancos privados do país: Itaú Unibanco, Bradesco e Santander, sendo eles: cartão de crédito, cheque especial, empréstimo pessoal ou consignado, e financiamentos.

- a) **Cartão de crédito:** muitos clientes possuem vários cartões de crédito, devido ao limite e benefícios diferenciados nos programas de pontos e anuidades. O que gera um maior nível de consumo e possível descontrole no comprometimento da renda. Principalmente para pessoas que aderem ao saque do cartão de crédito. Os juros do rotativo chegam a 15% a.m, ultrapassando a taxa mensal do cheque especial.
- b) **Cheque especial:** é muito comum que o limite disponível na conta corrente comece a fazer parte do salário, uma vez que se inicia a partir daí um caminho sem volta de endividamento no banco, os juros cobrados ao mês determina a redução deste limite e o salário mensal vem perdendo força na conta.
- c) **Empréstimo pessoal:** considerado o carro chefe de lucro nos bancos hoje, os empréstimos ganharam ainda mais força desde o início da pandemia. A população que não tinha recursos monetários guardados e se viram sem saída durante os primeiros meses, com empregos em redução de jornada e de 30% no salário, com o custo de vida mais alto. Adquirindo empréstimos no banco com taxas de juros que hoje está seguindo a métrica da Selic, em até 13%.
- d) **Crédito Consignado e INSS:** Cliente com salários vinculados ao banco da folha de pagamento tem melhores ofertas com taxas menores pela categoria do crédito consignado. Com menor risco de inadimplência, os bancos concedem esses valores cobrando um preço menor, e parcelas flexíveis que não comprometem a renda. Outra linha de crédito muito divulgada com facilidade aos bancos e financeiras é a concessão de crédito consignado aos beneficiários do INSS, responsáveis hoje por uma grande parte do giro da economia no país. Porém com índices de alto tomador no mercado. De acordo, com as regras impostas pelo STF e o INSS, o limite para o comprometimento de renda é de até 40%.

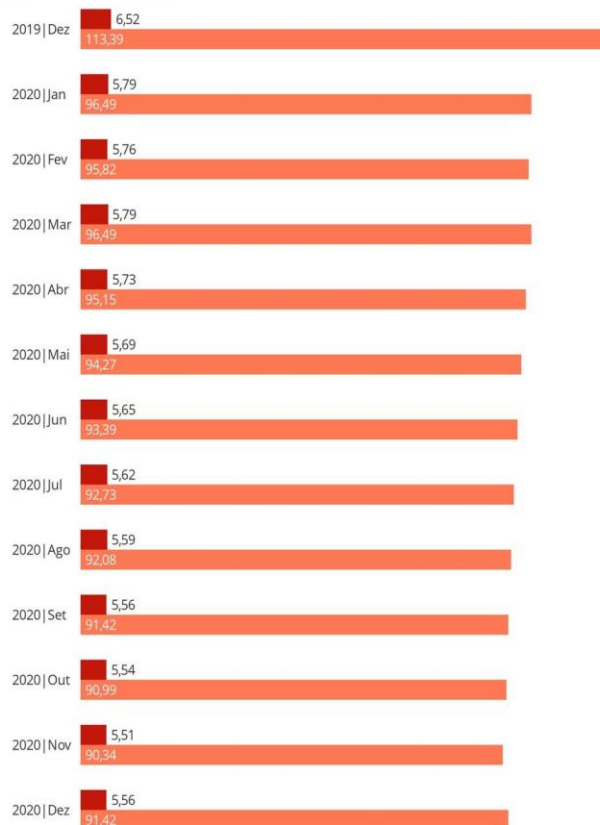
Levando em consideração que grande parte dessas pessoas recebe um salário mínimo mensal, quase R\$500 podem ser destinados ao pagamento da dívida, parcelado em até 84x.

- e) **Financiamentos:** ofertas de antecipação de sonhos e conquistas de patrimônio, é um empréstimo para aquisição de veículos ou da casa própria, com juros mensais e parcelas em longo prazo de 60 meses ou até 35 anos. Muitas pessoas não planejam muito bem esse momento, apenas usam um pequeno valor de entrada para conseguir a liberação do crédito, e acaba sufocando o seu orçamento financeiro por não conseguir pagar as contas em dia e ficar sem dinheiro para cobrir imprevistos. Como a troca e manutenção de peças do veículo, reforma na casa e etc.

Taxa média de juros para pessoa física

Números mostram primeira alta em 8 meses

■ Taxa média ao mês ■ Taxa média ao ano



Fonte: Anefac

Gráfico divulgado pela Anef ilustra o crescimento da taxa de juros nos bancos, após 8 meses em queda, para pessoa física durante o ano de 2020.

Antes de aderir a um produto de crédito bancário é necessário pensar muito bem, nos motivos para a utilização. Verificar as taxas de IOF, custos e juros aplicados mensalmente naquele contrato. Para uma organização mais efetiva, é fundamental conciliar apenas uma conta bancária, e evitar atrasar os compromissos financeiros, ou pagar um valor inferior ao total. Devido aos juros extras como encargos, e multas contratuais.

3.3 Comportamentos consumistas: a compra de produtos essenciais.

O consumo por impulso são compras realizadas apenas pelo prazer no consumismo, sem necessidade de adquirir aquele bem, talvez, uma forma, de preencher um vazio interno. Que na verdade apenas aumenta, com a chegada dessa fatura no próximo mês. Compensar o estresse, ou sentimentos ruins causados no dia a dia.

Bons hábitos podem desfazer essas atitudes prejudiciais a saúde financeira. Sempre que possível adiar uma compra para o dia seguinte, para ver se realmente é necessário. Principalmente, se essa aquisição puder esperar um tempo. Afinal, será que ela ainda é importante? Existem sinais de que podemos viver sem aquele acessório.

Outra medida preventiva seria evitar andar com dinheiro e cartão de crédito quando vamos ao Shopping Center por exemplo. Evitar ir ao supermercado com fome, pois compramos itens mais caros e desnecessários. Praticar a pesquisa no concorrente. Atitudes como essas previnem o excesso de gastos com compras a prazo, podendo obter aquele valor para compras à vista e ainda com desconto.

Atente-se em verificar se aquele gasto pessoal não vai comprometer seu salário no próximo mês. Uma má gestão financeira causa impactos no nosso humor, relacionamentos, saúde e gera desemprego. Entender de onde vêm esses impulsos que acabam com uma vida financeira. Na nossa sociedade os verbos “ser” e “ter” se tornam sinônimos de status e poder. Algo que influencia essa precipitação. Esses processos ocorrem dentro de um ciclo, sendo eles:

(a) Gatilhos: situações de vulnerabilidade, tédio ou estresse. Assédios de ofertas e promoções próximos a uma determinada data comemorativa.

(b) Descontrole: tentação pela compra compulsiva, em busca de uma satisfação momentânea.

(c) Ressaca: sensação de culpa após a compra, percebendo que gastou mais do que devia e sofre as consequências no bolso. Gerando sensações de vergonha e arrependimento.

(d) Recaída: frustração que leva a um novo episódio de compra compulsiva, alimentado um ciclo de consumo sem fim.

Percebemos detalhadamente que esse ciclo vicioso não está tão distante dos vícios como drogas, bebidas alcoólicas e jogos de azar. Podemos nomear por uma doença chamada *Oneomania*: a doença do consumismo. Esse hábito desenfreado já tem diagnóstico pela Organização Mundial da Saúde. Segundo a OMS estima-se que 8% da população mundial sofre com esse transtorno, nos dados publicados em 2018 pela Veja Saúde.

Precisamos ressaltar também que nem sempre quem compra muito, necessariamente é um comprador compulsivo. A doença gera um gasto pela necessidade psicológica, para preencher os danos causados pela ansiedade ou depressão.

4 INFLAÇÃO E POLÍTICAS MONETÁRIAS

4.1 Taxa Selic em 13,75%: a maior desde 2016.

A taxa “mãe” da economia, é quem delibera a taxa básica juros da economia no país. E está no seu maior patamar desde novembro de 2016, quando a Selic ficou em 14% ao ano. O Copom manteve nesse patamar agora em setembro, depois de 12 altas seguidas. Esse número vem crescendo desde março de 2021, quando o índice marcava 2%, no momento em que o Brasil seguia para a segunda onda da pandemia do Coronavírus. Fase em que as restrições de funcionamento do comércio e empresas fecharam as portas novamente para retornar ao modelo Home Office. Nesse período o número de mortos pela doença chegou a quatro mil pessoas por dia.



Em nota, o COPOM afirma que poderá haver nova alta na Selic caso a situação volte a ficar instável: *“O Comitê se manterá vigilante, avaliando se a estratégia de manutenção da taxa básica de juros por período suficientemente prolongado será capaz de assegurar a convergência da inflação. O Comitê reforça que irá perseverar até que se consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas. O Comitê enfatiza que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados e não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso.”*

Com o aumento consecutivo há quase dois anos, e a inflação sendo rigorosa e não temendo as regras tomadas pelo COPOM, a população vem sofrendo com a perda no poder de compra. O salário diminuindo e os preços cada vez maiores para a compra de

serviços essenciais no supermercado, no pagamento das contas de água, luz, e até mesmo aluguel.



Uma parte das pessoas que financiaram os seus imóveis com a taxa da poupança atrelada à Selic quando ainda era 2% também sofreram com o aumento nas parcelas do seu imóvel. Desta forma, cresceram o número de inadimplentes com perda dos imóveis que levaram os seus bens a leilão, ou renegociação dos seus contratos junto aos bancos.

Além disso, quem precisou aderir a novos empréstimos, financiamentos ou linhas de créditos com taxas mensais, sentiu um aperto mais caro no bolso. Pois essas taxas também tiveram uma alta. Em média os bancos disponibilizaram concessão de empréstimos com uma taxa de 13% ao mês. Deixando as parcelas mais pesadas, e o consumidor pagando até cinco vezes mais do que o valor financiado.

4.1 Selic para investidores: investimentos em alta

Se por um lado uma alta na taxa Selic prejudica a população de baixa renda, e reduz o seu poder de compra, além do aumento nos juros para liberação de crédito nos bancos. Por outro lado, valoriza-se a rentabilidade dos investimentos atrelados à Selic. Segue alguns exemplos:

1. Tesouro Direto

Os títulos públicos pós-fixados são os mais recomendados em cenários de estímulo monetário. Isso porque o governo pode emitir papéis com taxas de retorno mais atrativas no curto prazo, podendo impactar a rentabilidade daqueles que já existem. Por este motivo, o Tesouro Selic é uma excelente alternativa para aqueles que querem surfar a alta dos juros brasileiros.

Esse título público pós-fixado captura os movimentos da Selic, sendo uma ótima opção para aqueles com objetivos de curto prazo e que buscam a preservação de capital, dada sua baixa volatilidade e alta liquidez.

Já o Tesouro IPCA pode ser utilizado para proteger o patrimônio. Ele é um título híbrido com desempenho atrelado ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acrescido de uma parcela “pré”, que assegura um rendimento acima da inflação.

É preciso tomar cuidado, pois como parte da sua remuneração é prefixada, é possível que ele sofra com a marcação a mercado e tenha alta volatilidade. De qualquer forma, se o seu objetivo for permanecer com esses títulos de inflação até o vencimento, não há necessidade de preocupação com a taxa de juros.

2. CDB

O Certificado de Depósito Bancário, ou CDB, é um título de renda fixa emitida por bancos para captar recursos para suas operações de crédito. Eles possuem diferentes formas de remuneração e podem ser utilizados tanto como reserva de curto prazo ou para horizontes mais longos.

3. CRA e CRI

Os Certificados de Recebíveis Agrícolas (CRA) e Imobiliários (CRI) são títulos emitidos por securizadoras para financiar os setores do agronegócio e imobiliário. Esses ativos, quando pós-fixados, beneficiam-se da alta dos juros. Normalmente, eles são mais expostos ao risco de crédito, por isso costumam oferecer maior rentabilidade e podem ser destinados apenas a investidores qualificados.

4. LCI e LCA

As Letras de Crédito Imobiliárias e Letras de Crédito do Agronegócio são títulos bancários emitidos para captação de recursos destinados a financiar o mercado imobiliário e o agronegócio, respectivamente. As LCIs e LCAs com taxa de retorno pós-fixada apresentam melhor desempenho nos momentos em que os juros brasileiros estão em alta.

Um ponto de atenção dessa classe de investimentos está na baixa liquidez, visto que além do prazo de vencimento do título, há a carência de 90 dias corridos determinada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

5. Debêntures

As debêntures são títulos de dívida privada a fim de captar recursos para investir ou pagar dívidas. Em alguns casos, elas podem ser incentivadas, ou seja, livres de imposto de renda. Esses ativos costumam ter vencimentos longos sendo destinados a investidores que buscam retorno no médio ou em longo prazo. As debêntures são uma opção para aqueles que aceitam mais risco em troca de maior retorno.

6. Fundos de investimento.

Os fundos de investimento representam uma forma coletiva de aplicar os recursos, conduzida por um time de gestão especializado. Eles se diferenciam conforme a composição do seu portfólio e da estratégia utilizada.

Durante o ciclo de queda dos juros, os fundos de renda fixa, por exemplo, tiveram a sua atratividade reduzida. O baixo desempenho do CDI somado aos custos operacionais necessários para manter a estrutura dos fundos refletiu na rentabilidade e reduziu a atratividade desta classe de ativos.

Agora, com os juros em alta e o prêmio de risco mais interessante, esses ativos tendem a se beneficiar e estão cada vez mais presentes na carteira dos investidores. Os fundos de crédito privado são excelentes opções para diversificação das carteiras. No entanto, é importante ficar atento à qualidade do crédito dos ativos utilizados.

7. Fundos Imobiliários

Os Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs) são aqueles focados no mercado imobiliário, podendo atuar em diferentes segmentos, como o de logística, shopping center, hospitalar, agências bancárias, lajes corporativas, entre outros.

Entre os Fundos Imobiliários disponíveis no mercado, os FIIs que investem em títulos de renda fixa, mais conhecidos como Fundos de papel, são os que mais costumam se beneficiar da alta da Selic.

Uma preocupação bastante comum entre os investidores é o impacto da alta dos juros no desempenho dos fundos imobiliários. No entanto, é importante reforçar que a Selic influencia, porém não determina a valorização ou não dos FIIs. As variações nas cotas dos fundos imobiliários são definidas pelas taxas de juros longas, que representam a economia, os níveis de inflação e o risco fiscal do país.

5 IMPACTOS FINANCEIROS NOS PRINCIPAIS SETORES DA ECONOMIA

5.1 Os primeiros meses da pandemia no Brasil.

Durante os primeiros meses da pandemia, a doença da covid-19 já havia se alastrado por mais de 180 países. O número de novas contaminações e mortes continuava a subir rapidamente. Sem a situação estar sob controle, e com novas restrições severas impostas pelo governo federal, com ênfase nos governos de cada estado. Começava uma nova crise no aumento do desemprego, fechamento de empresas e comércios. E voltava a instabilidade nos preços de produtos nos supermercados.

Para conter o exagero de parte da população que no primeiro momento de uma crise sai comprando “todo” o estoque das lojas. Foi implantada uma medida provisória que seria limitada por CPF a compra de álcool em gel, ferramenta necessária indicada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) na higiene pessoal, reduzindo em 99% os riscos de transmissão do vírus em contato com as mãos.

No Brasil, como em todo o mundo, a economia foi gravemente impactada. Índices da B3 despencaram. Escolas, comércios e centros de lazer fecharam as portas para o atendimento presencial. No objetivo de conter a transmissão do vírus. O setor mais afetado sem dúvida foi o Turismo, que entrou em colapso. Fronteiras foram fechadas, vetando as viagens internacionais. Aeroportos e rodoviárias também. Voos diários com ponte aérea para reuniões das empresas também foram interrompidos, uma das restrições que prejudicou ainda mais o lucro anual das companhias aéreas. Deixando as passagens de avião ainda mais caras durante o retorno das atividades nos aeroportos.

Empresas adaptaram seus trabalhos para o home office, grandes marcas permanecem até hoje dessa forma. Pois essa medida impactou de forma positiva com a redução nos gastos dos escritórios, como: aluguel dos escritórios, energia dos computadores, água e manutenção predial.

O impacto do coronavirus deixou empresas em delicado momento econômico. Os setores essenciais conseguiram manter uma resiliência no meio desse impacto. Como os supermercados, farmácias, serviços de telecomunicações, serviços públicos de saneamento básico luz e energia.

Longe dessa realidade ficaram a aviação civil, hotelaria e turismo, bares, restaurantes, shoppings e comércio de roupas. Se consolidando melhor os que criaram seu modelo drive-thru e delivery de entregas ou e-commerce, refletindo a mudança de hábito da população devido a restrição de acessos a espaços físicos. Mesmo assim as lojas de roupa perderam público, afinal, por qual motivo comprar esses produtos se não poderiam sair de casa, ir a eventos e festas?

Outro setor afetado por renda e demanda dos consumidores foram a área da construção civil, veículos e indústrias. Na crise, caiu no primeiro momento a aquisição de imóveis na planta, e houve aumento na inadimplência. Carros alugados por motoristas de aplicativos precisam ser devolvidos, pois com o isolamento social não havia corridas em espera ou que faturasse o mínimo para as despesas do trabalhador autônomo. E nas empresas de indústrias de alimentos e automotivas entram em recessão para férias coletivas antecipadas.

Conforme visto no gráfico abaixo, houve queda de cerca de 50% no faturamento do comércio de varejo, principalmente na semana entre 28 de março e 4 de abril, início da fase mais crítica das regras de restrição social (o decreto de isolamento social em SP aconteceu no dia 24 de março. No gráfico abaixo, destacamos que houve queda de 29,7% no período acumulado do varejo total desde o início do surto de covid-19 no Brasil.



Fonte: Cielo

Na medida em que semanas foram se passando, vimos uma desaceleração da curva de baixa, um movimento que podemos atribuir a uma adaptação, tanto dos

consumidores, como dos prestadores de serviços/consumo, com maiores vendas online, entregas a domicilio e outras alternativas.

Analisando agora os dados do comércio pelo IBGE, cujo gráfico pode ser visto abaixo, podemos chegar a conclusões similares: Supermercados e farmácias ainda com crescimento e o setor de vestuário como o mais penalizado.

As vendas do setor varejista recuaram 2,5% entre fevereiro e março conforme divulgado pelo IBGE. A queda reportada foi menor do que a esperada, por conta dos resultados positivos dos segmentos de supermercados (alta de 14,6% no mês) e de farmácias. Ambos, considerados essenciais, não foram afetados por medidas de paralisação adotadas no final de março.

O setor de supermercados tem sido um dos mais lucrativos durante a pandemia. O setor de vestuário aparece como um dos mais penalizados durante a pandemia em diferentes métricas avaliada. Os dados da Pesquisa Mensal de comércio do IBGE indicavam uma piora nas vendas do setor de tecidos, vestuário e calçados entre as categorias pesquisadas.

O setor de companhias aéreas e turismo foram um dos mais impactados, no mundo inteiro, pelos efeitos graves da pandemia da COVID-19. No entanto, a GOL e Azul estão em boa forma para uma recuperação, e suas recomendações continuam inalteradas. Para se recuperar dos impactos da COVID-19, as Cias áreas negociaram cortes salariais de 25% a 50%, que reduziram os custos com mão-de-obra em 50%, levando em consideração a remuneração variável. A Latam foi mais rigorosa e chegou a demitir uma onda de funcionários.

5.1 Desvalorização da moeda real

A pandemia chegou ao Brasil, confirmando o primeiro caso no dia 26 de fevereiro de 2020, em uma quarta – feira de cinzas, após o feriado prolongado de carnaval. O Brasil já vivia uma crise econômica há quase dez anos, desde o primeiro governo de Dilma Rouseff em 2011. O PIB seguia abaixo do esperado para o crescimento, desemprego ainda passava de 12 milhões de pessoas, esse índice ainda sem considerar nas pesquisas os desalentados. Aqueles que desistiram de buscar emprego, por falta de oportunidades.

Quando houve o decreto do governo federal, junto ao Ministério da Saúde para seguir as recomendações da OMS para fechamento das portas dos comércios e restrições dos horários de serviços essenciais já em março daquele ano. Iniciando um nível mais arrojado na crise do país.

Empresas quebraram, empresários tomaram medidas para manter o seu negócio funcionando, reduzindo o número de empregados e demitiram grande parte da sua grade de funcionários. A população passou a reduzir seu consumo, gastando mais em supermercados devido ao tempo que ficava mais em casa. Porém, as lojas do varejo, concessionárias e setores de turismo perderam seus clientes e entraram em colapso devido à quarentena que se prolongou rigorosamente por mais de três meses nas grandes capitais. o PIB entrou em recessão.

No campo do Ministério da economia, o Paulo Guedes abriu alguns programas como o BEM para garantir a renda e empregos dos brasileiros, com carga horária e salários reduzidos. Antecipou o 13º salário dos aposentados beneficiários do INSS, que era comum ser em meados de setembro, e foi em abril daquele ano. Criou o auxílio emergencial para os mais carentes que não possui uma renda fixa CLT.

Houve uma maior retirada do dinheiro público dos cofres devidos também a alta nos pedidos de seguro-desemprego. Entre março e abril daquele ano a diferença foi de 22,7% segundo a Agência Brasil.

Foi um momento em que a circulação de dinheiro vivo na mão dos brasileiros circulava muito, pois há retira desses benéficos foram através de saques em caixas eletrônicos, lotéricas e redes credenciadas. Com essa alta demanda o Banco Central do Brasil se viu no momento de criar uma nova cédula para a família real, no valor de R\$ 200 reais. Após 18 anos sem nenhuma alteração. Temendo que pudesse faltar moeda para distribuição nas mãos dos brasileiros.

Porém, o país entrava ali em uma grande recessão pela falta de recursos financeiros nas mãos da população. As pessoas gastaram mais com remédios devido a maior crise sanitária da história. O consumo das famílias no supermercado aumentou, os produtos começaram a ficar mais caro, e o aumento seguia subindo mês a mês ate meados de 2022.

Ficou ainda mais caro morar no Brasil. Não havia intervenção dos abusos nesses preços por parte do governo, apenas uma grande guerra política entre governadores com o Presidente da República Jair Bolsonaro, sobre as medidas restritivas para conter a COVID -19. O que deixava o Brasil com uma imagem ruim perante aos seus investidores internacionais.

"O momento singular que estamos vivendo trouxe os mais diversos desafios, e um deles foi um aumento expressivo na demanda da sociedade brasileira por dinheiro em espécie. Em momentos de incerteza, é natural que as pessoas busquem a garantia de uma reserva em dinheiro. Os programas de transferência de renda implementados para enfrentar os efeitos negativos da crise e a extensão do programa de auxílio emergencial também contribuem para essa maior demanda por dinheiro em espécie em nosso país. Este momento, com essas necessidades, se mostrou oportuno para o lançamento de uma cédula de maior valor, cujo pré-projeto já existia desde o lançamento da segunda família de cédulas, em 2010", presidente do BC, Roberto Campos Neto.

6 ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA COM PROPOSTA DE POLÍTICA MONETÁRIA

O Conselho Monetário Nacional poderia reduzir os juros sobre operações financeiras realizadas por pessoa física ou microempreendedor individual durante a pandemia de Covid-19

O Projeto de Lei 2495/20 altera as competências do Conselho Monetário Nacional (CMN) para reduzir os juros sobre operações financeiras realizadas por pessoa física ou microempreendedor individual (MEI) durante a pandemia de Covid-19. O Congresso Nacional reconheceu o estado de calamidade pública em decorrência do novo coronavírus. A redução em 50% nos juros para pessoa física ou MEI. Também determinariam quanto, no máximo, os bancos poderia emprestar a um mesmo cliente.

“O objetivo é tratar os iguais de forma igual e os desiguais de forma desigual”, disse a autora, deputada Marina Santos (Solidariedade-PI). “A medida se deve ao grave estado de pandemia no País, que assola a população de baixa renda e os pequenos empreendedores, pois as medidas de isolamento social os deixam sem condições de trabalho.”

O CMN é o órgão superior do sistema financeiro e tem a responsabilidade de formular, entre outras, as políticas monetária e creditícia, a fim de assegurar a estabilidade da moeda e o desenvolvimento econômico e social. Atualmente é composto pelo ministro da Economia, pelo secretário especial da Fazenda e pelo presidente do Banco Central.

6.1 Auxílio Emergencial

Uma das primeiras ações do Ministério da Economia, no início da pandemia, com as restrições de quarentena e fechamento das empresas, comércio, serviços e turismos para atendimentos presenciais. Foi a implantação do Auxílio Emergencial, para apoiar as famílias sem renda salarial fixa, como trabalhadores com carteira assinada. Em situações de vulnerabilidade e trabalhos autônomos impactados pelo colapso que estava previsto a acontecer no país.

O governo federal liberou a população através de uma inscrição, a solicitação do benefício pelo aplicativo criado com urgência pela área de tecnologia da informação o

Caixa Tem. Aplicativo digital da Caixa Econômica Federal, que ficou responsável por analisar os documentos e informações pessoais das pessoas que se encontravam elegíveis para receber o benefício.

Muitos brasileiros que contavam com essa renda provisória reclamavam da instabilidade que o App tinha para a abertura do pedido de concessão do auxílio emergencial. E na demora em aprovação de beneficiários.

Aprovado pelo Plenário do Senado em 30 de março 2020, o auxílio emergencial foi concedido no valor de R\$ 600,00, pelo prazo de três meses. Podendo ser prorrogado. Na época as famílias esperavam com muita preocupação, faziam filas nas agências da Caixa, e nos correios para atualização de dados pessoais que estavam irregulares. Como, por exemplo, o CPF. O medo de contaminação da nova doença, perda de trabalhos informais, deixaram essas pessoas preocupadas com o seu futuro. O intuito do governo federal era a distribuição do benefício para o giro da economia, evitando ainda mais a crise econômica que se estendia no comércio e a grande queda que se esperava no PIB.

Os primeiros três meses não foram o suficiente para essas parcelas serem solução dos problemas financeiros de milhares de brasileiros. Estamos em 2022 e a pandemia ainda existe e mostra diariamente os danos causados no país. Porém, não há mais restrições de funcionamento do comércio. Os setores econômicos estão em movimento, dinheiro em circulação e o desemprego vêm dando uma desafogada. Naquela época ainda estávamos no primeiro ano da pandemia do coronavírus, sem imaginar que haveria novas variantes da doença e uma segunda onda, em março de 2021.

Foram distribuídas no total mais de 10 parcelas do auxílio emergencial para 28 milhões de brasileiros, gerando um gasto do dinheiro público de quase 50 bilhões de reais. Durante o ano de 2020, a Receita Federal multou beneficiários que solicitou o benefício apresentando informações fraudulentas. Além de não se enquadrar nas regras do programa.

Pouco tempo depois que o governo federal liberou o valor nos aplicativos da Caixa com a opção de saque e pagamentos, que as contas deste orçamento público começaram a alterar os preços de alimentos, bem como a alta nos juros e inflação. Prejudicando ainda mais a renda das famílias que permaneciam empregadas ou não, perdendo o seu poder de compra.

6.2 Auxílio Brasil

Com o apelo da população pelo auxílio se tornar permanente diante dos desastres que ainda permeavam na pandemia, o governo federal junto ao senado criou o Auxílio Brasil, substituindo o bolsa família. Com um novo nome e valor, que passou ser também de R\$ 600 reais até dezembro deste ano, e em 2023 segue permanentemente no valor de 400,00. Atendendo os brasileiros que vivem na linha da pobreza e mães solteiras. Já beneficiando mais de 21 milhões de famílias.

Após resultados finais do segundo turno, das eleições gerais de 2022 agora em outubro. Foi eleito a Presidência da República pela terceira vez, o Luiz Inácio Lula da Silva.

Agora, com o governo federal em fase de transição. Estuda-se manter o valor deste auxílio em R\$ 600,00, e voltando a se chamar pelo seu nome original: Bolsa Família.

7 RETROCESSOS DO BRASIL ENTRE 2020 E 2022

7.1 Educação

A pandemia permitiu com que desejos e sonhos fossem adiados, viagens, casamentos, novos filhos. Festas para confraternizações importantes. Porém, o que seria de mais importante na vida da sociedade garantido pelos direitos humanos, também foi perdido em grande parte. Acesso à educação básica, por exemplo. Com o fechamento das escolas e aulas a distância por quase dois anos. Muitas crianças não tinham recursos para acompanhar de forma digital e aprender com os conteúdos exibidos devido à falta de acesso a internet em regiões mais carentes. A evasão escolar cresceu nesse tempo, em todo país. Até o segundo trimestre de 2021 mais de 240 mil crianças e adolescentes estavam fora do ambiente escolar. Vale lembrar que esse é um direito garantido pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Nas idades entre 4 a 17 anos, eles devem estar matriculados em escolas públicas municipais.

Em uma entrevista concedida ao Bom Dia Brasil, telejornal nacional da TV Globo. Gabriel Corrêa, líder de políticas educacionais do programa Todos pela Educação, ele relata o seguinte: *"Muitas dessas crianças tiveram pouquíssimo acesso a qualquer ensino durante o fechamento de escolas. Então, é natural, esperado, digamos assim que haja esse distanciamento. De elevação da evasão escolar, de prejuízos imensos na aprendizagem. O que vai acontecer nesses próximos meses e anos enquanto resposta do poder público é o que vai ditar o futuro dessas crianças e jovens e consequentemente o futuro do Brasil"*, opina.

Uma matéria levada ao ar no mês de setembro deste ano, transmitido pela CNN Brasil, apontava uma divulgação pelo Ministério da Educação (MEC), com dados sobre a educação no Brasil entre 2019 e 2021, ano em que o país mais sofreu com a pandemia da Covid-19. De acordo com os índices, houve prejuízos em todas as etapas da educação básica, que voltou ao mesmo patamar de 2013. Um retrocesso de quase dez anos na qualidade de ensino do país.

A prova do sistema de avaliação da educação básica identificou que quase 40% dos alunos chegam ao quinto ano do ensino fundamental sem saber identificar figuras geométricas básicas, como quadrado, triângulo ou círculo. Em 2019, eram 30,3% estudantes nesta situação.

Fato extremamente lamentável ao Brasil, que liderava entre as dez maiores economias do mundo naquela época. As universidades também recuaram com o ensino remoto e na demora ao retorno presencial mesmo com a campanha ativa de vacinação da COVID -19. Prejudicando a formação de novos profissionais e dificultando a renda para garantir o pagamento da mensalidade.

7.2 Emprego e renda

Outro colapso que atingia a vida das famílias foi o aumento no desemprego, que afetada ainda mais o crescimento da nossa economia. Até o início de 2021 o número já era maior que o estimado, batendo novos recordes e chegando a 15 milhões. Pessoas que perderam sua renda mínima ficaram sem moradias e até mesmo sem condições de deixar os seus filhos frequentarem as escolas em modelo híbrido.

Lentamente o Brasil vem mostrando recuperação no trabalho, porém a informalidade segue crescente. Pessoas que trabalham sem carteira assinada, salários fixos. Sem a garantia dos seus direitos básicos na CLT. Menor remuneração, permitindo baixo interesse em qualificação profissional.

7.3 Vacinação

Outro retrocesso agravante nesses últimos tempos foi à falta de adesão na cultura de vacinação dos adultos e crianças. Com o surgimento de um novo foco de doença, a COVID – 19. As pessoas perderam o ritmo de frequentar postos de saúde e laboratórios, não se atentando as campanhas de vacinação. E também pelo baixo incentivo do Ministério da Saúde, que trocou de ministros por várias vezes durante a pandemia, em meio a crise no governo Bolsonaro.

Até o final de 2021, foram registrados uma queda de 25 milhões de crianças sem doses de vacina. Um retrocesso em três décadas. Expondo aos riscos de doenças devastadoras, que podiam ser evitadas. Como o DTP, HPV, sarampo e paralisia infantil.

Em meio ao auge da pandemia durante a segunda onda, onde o Brasil estava distribuindo vacinas ainda na faixa etária para as pessoas mais idosas, havia um desalento e recusa de parte da população anti-vacina. Criação de fake news dizendo que

a vacina contra covid-19 causaria danos mortais a saúde da população. Propagação como essas e manifestações de incentivo até do próprio governo federal, infelizmente.

7.4 Recessão na economia, pobreza e fome

O Brasil voltou ao passado na economia, no bem-estar da população, na educação e no meio ambiente, com indicadores que mostram um atraso em até 30 anos. Recessão, pandemia e desmonte de políticas públicas acentuaram nos últimos dois anos um processo de retrocesso social.

Voltamos a ver de perto a fome, a pobreza, a evasão escolar, o desmatamento, a inflação ameaçando o desenvolvimento do país, alerta dos especialistas. Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, surpreendeu-se com o recuo de tantos índices. *“É uma volta muito grande no tempo”, diz, referindo-se ao Produto Interno Bruto (PIB) de hoje, equivalente ao de 2013, e à produção de automóveis, a mesma de 2006, há 16 anos.*

Retrocessos sociais se acumulam. A fome agora atinge 33 milhões de brasileiros, mesmo número de 1992. Quando o Brasil saiu do Mapa da Fome da ONU, em 2014, eram 9,5 milhões nessa situação.

Três fatores explicam esse fato. O primeiro é o forte empobrecimento de grande parte da população. O segundo foi o comportamento do mercado de trabalho, com desalento e queda da renda média (que é a mesma de 2011). O terceiro é o desmonte dos programas de segurança alimentar e proteção social.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil hoje é praticamente o mesmo de 2013, há oito anos, conforme divulgou o IBGE no início do mês. Tirando os serviços e a agropecuária, todos os grandes setores da economia ainda estão tentando pôr à cabeça fora d'água, para voltar a uma trajetória de crescimento, já tendo recuperado o que perdeu nos anos de crise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O endividamento está presente no dia a dia dos consumidores e tem como determinantes fatores econômicos, sociais e psicológicos. Conforme apresentado ao longo do trabalho, é possível reforçar a importância de abordar o tema, visto que ele pode impactar fortemente na economia do país e na vida dos indivíduos.

Além disso, diante do cenário pandêmico a situação financeira das famílias no Brasil se agravou principalmente com o aumento do desemprego e diminuição da renda. Assim, as informações e dados apresentados nesta pesquisa contribuem para maior compreensão da evolução nos índices de endividamento diante da pandemia e evidencia que o Auxílio Emergencial adotado pelo governo brasileiro possibilitou às famílias o cumprimento das obrigações financeiras e até mesmo assegurou o básico para sobrevivência. Adicionalmente, apesar de inúmeras publicações relacionadas ao endividamento das famílias.

Durante a pesquisa relatamos que se faz necessário alavancar programas de educação financeira e políticas públicas voltadas para este fim, na intenção de conscientizar os brasileiros sobre a melhor forma de lidar com o dinheiro.

Os conteúdos aqui apresentados demonstram que muitas outras pesquisas ainda podem ser realizadas sobre o endividamento das famílias, em especial, diante da crise econômica desencadeada pela Covid-19, devido à importância do tema e das inúmeras contribuições para o meio acadêmico, com a finalidade de aprofundar na abordagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANBIMA *et al.*, (ed.). **Pesquisa mostra que brasileiros economizaram mais no ano passado, mas a maioria entrou em 2020 sem reserva financeira.** [S. l.], 2020. Disponível em: https://www.anbima.com.br/pt_br/noticias/pesquisa-mostra-que-brasileiros-economizaram-mais-no-ano-passado-mas-a-maioria-entrou-em-2020-sem-reserva-financeira-8A2AB2B1732BCCEE017334E54FA25EF5.htm. Acesso em: 14 set. 2022.
- DINHEIRO a qualquer hora: **Como fazer a reserva de emergência.** [S. l.], 15 jul. 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/como-fazer-a-reserva-de-emergencia-alta-renda/#cover>. Acesso em: 15 set. 2022.
- CATTO, Andre *et al.* **Endividamento cresce e atinge 79% das famílias; número de inadimplentes bate recorde, aponta CNC.** [S. l.], 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/09/05/endividamento-cresce-e-atinge-79percent-das-familias-numero-de-inadimplentes-bate-recorde-aponta-cnc.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2022..
- TUON, Ligia *et al.* **Endividamento cresce e atinge 79% das famílias; número de inadimplentes bate recorde, aponta CNC.** [S. l.], 09 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/copom-mantem-selic-em-1375-ao-ano-apos-doze-altas-seguidas/>. Acesso em: 10 out. 2022.
- NASCIMENTO, Simon *et al.* **Copom aumenta taxa Selic a 13,75%, maior patamar desde dezembro de 2016.** [S. l.], 08 2022. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/economia/copom-aumenta-taxa-selic-a-13-75-maior-patamar-desde-dezembro-de-2016-1.2710200>. Acesso em: 30 set. 2022.
- G1 *et al.* **Levantamento da organização Todos Pela Educação mostra que 244 mil crianças de 6 a 14 anos estavam fora da escola no segundo trimestre de 2021.** [S. l.], 12 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/12/02/evasao-escolar-de-criancas-e-adolescente-aumenta-171percent-na-pandemia-diz-estudo.ghtml>. Acesso em: 30 set. 2022.
- ZANOBIA, Luana *et al.* **Desemprego durante a pandemia foi maior que o estimado.** [S. l.], 30 nov. 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/ibge-desemprego-durante-a-pandemia-foi-maior-que-o-estimado/>. Acesso em: 30 set. 2022.
- ALMEIDA, Cássia *et al.* **Brasil tem retrocesso de até três décadas n economia.** [S. l.], Junho 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/06/brasil-tem-retrocesso-de-ate-tres-decadas-na-economia-na-educacao-e-no-meio-ambiente.ghtml>. Acesso em: 5 out. 2022.
- ROGERS, Kristen *et al.* **COVID.** [S. l.], Agosto 2021. Disponível em:

<https://edition.cnn.com/2021/08/09/health/financial-stress-covid-pandemic-effects-tips-wellness/index.html>. Acesso em: 10 out. 2022.

TERRA *et al.* **Pesquisa Ibope/C6 Bank revela que apenas 21% dos brasileiros tiveram educação financeira na infância.** [S. l.], 29 abr. 2020. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/dino/pesquisa-ibopec6-bank-revela-que-apenas-21-dos-brasileiros-tiveram-educacao-financeira-na-infancia,04db3ba992604c7ba98114fe35c6cdde35fvli3h.html>. Acesso em: 10 out. 2022.

TERRA *et al.* **Você se controla bem?.** [S. l.], 2022. Disponível em: <https://edu.gcfglobal.org/pt/controle-financeiro-familiar-e-pessoal/voce-se-controla-bem/1/>. Acesso em: 29 out. 2022.